

CONTRATO Nº 036/2025

LOTE II – LINHA PESADA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 311/2025

Termo de Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PIAUÍ - PI** e a empresa **R JOSE BATISTA DA COSTA (OFICINA SAO JOSE)** objetivando a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA ANTEDETER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ - PI”**, nos termos do artigo 28, inciso I da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PIAUÍ - PI**, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ sob o nº 41.522.137/0001-93, com sede na Avenida São João, Nº 1668, CEP: 64.615-000, na cidade de Santana do Piauí - PI, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Adonaldo Gonçalves de Sousa, CPF nº 877.182.943-15, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **R JOSE BATISTA DA COSTA (OFICINA SAO JOSE)**, inscrita no CNPJ: **19.391.484/0001-75**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na Comunidade Barro, SN, Zona Rural, na cidade de Santana do Piauí-PI, CEP: 64.615-000, neste ato representada pelo seu Titular, o Sr. Roque José Batista da Costa, portador do CPF nº 397.724.383-72, celebram o presente Contrato decorrente de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas do supramencionado diploma legal, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente contrato consiste na **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PARA ANTEDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ – PI.”**

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.2.2 A autorização de Contratação;

1.2.3 A Proposta do Contratado; e

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 ITEM da contratação:

LOTE II- MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LINHA PESADA					
PICK-UP TIPO S-10 BRANCA PLACA PIV5260, S.DE SAÚDE ANO 2017/2018					
TOYOTA HILUX AMBULÂNCIA BRANCA PLACA SJN7E00, S.DE SAÚDE ANO 2023/2024					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO AR-CONDICIONADO	4	SV	R\$ 1.217,91	R\$ 4.871,64
2	SERVIÇO BICO INJETOR	8	SV	R\$ 142,12	R\$ 1.136,96
3	SERVIÇO BOMBA HIDRAULICA	8	SV	R\$ 325,55	R\$ 2.604,40
4	SERVIÇO CABEÇOTE	10	SV	R\$ 693,46	R\$ 6.934,60
5	SERVIÇO CAIXA MARCHA	8	SV	R\$ 792,00	R\$ 6.336,00
6	SERVIÇO DE ALTERNADOR	6	SV	R\$ 329,18	R\$ 1.975,08
7	SERVIÇO DIFERENCIAL	6	SV	R\$ 341,55	R\$ 2.049,30
8	SERVIÇO ELETRICO	6	SV	R\$ 268,79	R\$ 1.612,74
9	SERVIÇO EMBREAGEM	8	SV	R\$ 297,00	R\$ 2.376,00

10	SERVIÇO FREIOS	6	SV	R\$ 311,27	R\$ 1.867,62
11	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA	5	SV	R\$ 272,25	R\$ 1.361,25
12	SERVIÇO MODULO ELETRONICO	5	SV	R\$ 360,68	R\$ 1.803,40
13	SERVIÇO MOLA	6	SV	R\$ 595,48	R\$ 3.572,88
14	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	5	SV	R\$ 215,82	R\$ 1.079,10
15	SERVIÇO DE RODAS	12	SV	R\$ 284,81	R\$ 3.417,72
16	SERVIÇO SUSPENSÃO	8	SV	R\$ 333,99	R\$ 2.671,92
17	SERVIÇO TROCA DE CORREIA	5	SV	R\$ 188,10	R\$ 940,50
18	SERVIÇO VALVULA	8	SV	R\$ 320,68	R\$ 2.565,44
19	SERVIÇO DE DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR	8	SV	R\$ 230,79	R\$ 1.846,32
20	SERVIÇO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO	6	SV	R\$ 153,38	R\$ 920,28
21	TROCA FILTROS E OLEO DO MOTOR	6	SV	R\$ 252,34	R\$ 1.514,04
22	SERVIÇO DE BANDEIJA	5	SV	R\$ 182,56	R\$ 912,80
23	TROCA DE PIVÔ	5	SV	R\$ 144,90	R\$ 724,50
24	SERVIÇO DE TAMBOR DE FREIO	6	SV	R\$ 198,50	R\$ 1.191,00
25	SERVIÇO DE TROCA DE PARAFUSO DE RODAS	6	SV	R\$ 94,22	R\$ 565,32
26	SERVIÇO DE TROCA DE BOMBA D'ÁGUA	6	SV	R\$ 201,52	R\$ 1.209,12
27	SERVIÇO DE CUICA DE FREIO	6	SV	R\$ 127,05	R\$ 762,30
28	SERVIÇO DE TROCA DE BASE DO MOTOR	6	SV	R\$ 322,74	R\$ 1.936,44
29	SERVIÇO TROCA DE MANGUEIRA E MANGOTE	4	SV	R\$ 117,34	R\$ 469,36

30	SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR	8	SV	R\$ 139,66	R\$ 1.117,28
31	SERVIÇO DE TROCA DE LONA DE FREIO	8	SV	R\$ 155,51	R\$ 1.244,08
32	SERVIÇO TROCA DE TERMINAL DE DIREÇÃO	5	SV	R\$ 187,59	R\$ 937,95
33	SERVIÇO DE TROCA DE RADIADOR	5	SV	R\$ 138,60	R\$ 693,00
34	TROCA DE AMORTECEDOR	8	SV	R\$ 162,28	R\$ 1.298,24
35	ATUADOR DE EMBREAGEM	5	SV	R\$ 277,83	R\$ 1.389,15
36	SERVIÇO DE CILINDRO DE FREIO	7	SV	R\$ 354,53	R\$ 2.481,71
VALOR TOTAL					R\$ 70.389,44
VEICULOS TIPO ONIBUS VW 15190 MAN ANO 2012/2013 MARCOPOLO SEC. EDUCAÇÃO					
VEICULOS TIPO ONIBUS MB 1519R ORE\OUC-0130-2013					
VEÍCULOS ONIBUS VW 15190 EOD MWM X12 ANO 2011 MARCOPOLO SEC. EDUCAÇÃO					
VEÍCULOS ÔNIBUS IVECO 10190 TQ 1501 -QRZ-7D86 SEC. EDUCAÇÃO 2021					
CAMINHÃO IVECO TECTOR 260E28 2013 PLACA OVW-4758 PREF. SEC. OBRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
37	SERVIÇO BICO INJETOR	18	SV	R\$ 142,12	R\$ 2.558,16
38	SERVIÇO BOMBA HIDRAULICA	18	SV	R\$ 325,55	R\$ 5.859,90
39	SERVIÇO CABEÇOTE	10	SV	R\$ 719,48	R\$ 7.194,80
40	SERVIÇO CAIXA MARCHA	10	SV	R\$ 1.187,95	R\$ 11.879,50
41	SERVIÇO DE ALTERNADOR	16	SV	R\$ 475,20	R\$ 7.603,20
42	SERVIÇO DIFERENCIAL	16	SV	R\$ 613,56	R\$ 9.816,96
43	SERVIÇO ELETRICO	16	SV	R\$ 268,79	R\$ 4.300,64

44	SERVIÇO EMBREAGEM	16	SV	R\$ 871,55	R\$ 13.944,80
45	SERVIÇO FREIOS	16	SV	R\$ 548,43	R\$ 8.774,88
46	SERVIÇO HIDRAULICO CX DIREÇÃO	18	SV	R\$ 569,70	R\$ 10.254,60
47	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA	18	SV	R\$ 229,01	R\$ 4.122,18
48	SERVIÇO MODULO ELETRONICO	18	SV	R\$ 533,90	R\$ 9.610,20
49	SERVIÇO MOLA	20	SV	R\$ 752,40	R\$ 15.048,00
50	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	18	SV	R\$ 717,75	R\$ 12.919,50
51	SERVIÇO DE RODAS	32	SV	R\$ 334,39	R\$ 10.700,48
52	SERVIÇO SUSPENSÃO	32	SV	R\$ 544,50	R\$ 17.424,00
53	SERVIÇO TROCA DE CORREIA	12	SV	R\$ 188,10	R\$ 2.257,20
54	SERVIÇO TROCA RETENTOR VOLANTE	12	SV	R\$ 335,69	R\$ 4.028,28
55	SERVIÇO VALVULA	18	SV	R\$ 320,68	R\$ 5.772,24
56	SERVIÇO DE DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR	18	SV	R\$ 342,78	R\$ 6.170,04
57	SERVIÇO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO	18	SV	R\$ 153,38	R\$ 2.760,84
58	TROCAR OLEO DO MOTOR	12	SV	R\$ 198,00	R\$ 2.376,00
59	SERVIÇO DE PORTAS	20	SV	R\$ 119,41	R\$ 2.388,20
60	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO	30	SV	R\$ 118,80	R\$ 3.564,00
61	SERVIÇO DE EIXO CARDAN	20	SV	R\$ 240,20	R\$ 4.804,00
62	SERVIÇO DE TROCA DE BOMBA DÁGUA	22	SV	R\$ 305,28	R\$ 6.716,16
63	SERVIÇO DE CUICA DE FREIO	22	SV	R\$ 127,05	R\$ 2.795,10
64	SERVIÇO DE TROCA DE BASE DO MOTOR	20	SV	R\$ 2.572,44	R\$ 51.448,80

65	SERVIÇO TROCA DE MANGUEIRA E MANGOTE	20	SV	R\$ 117,34	R\$ 2.346,80
66	SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR	22	SV	R\$ 162,52	R\$ 3.575,44
67	SERVIÇO DE TROCA DE LONA DE FREIO	20	SV	R\$ 155,51	R\$ 3.110,20
68	SERVIÇO TROCA DE TERMINAL DE DIREÇÃO	20	SV	R\$ 187,59	R\$ 3.751,80
69	SERVIÇO DE TROCA DE RADIADOR	20	SV	R\$ 487,08	R\$ 9.741,60
70	TROCA DE AMORTECEDOR	20	SV	R\$ 162,28	R\$ 3.245,60
71	ATUADOR DE EMBREAGEM	20	SV	R\$ 277,83	R\$ 5.556,60
72	SERVIÇO DE CILINDRO DE FREIO	20	SV	R\$ 354,53	R\$ 7.090,60
VALOR TOTAL					R\$ 285.511,30
SERVIÇOS VEICULOS CAMINHÃO TIPO MBENZ/ IVECO / MB(CAÇAMBA)-2013					
SERVIÇOS VEICULOS CAMINHÃO MB ATRON 2729-(PIPA) -2013					
VEÍCULO CAMINHÃO COMPACTOR IVECO\TECTOR-11-19RSM9G35-BRANCO 2022					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
73	SERVIÇO BICO INJETOR	8	SV	R\$ 142,12	R\$ 1.136,96
74	SERVIÇO BOMBA HIDRAULICA	8	SV	R\$ 325,55	R\$ 2.604,40
75	SERVIÇO CABEÇOTE	6	SV	R\$ 719,48	R\$ 4.316,88
76	SERVIÇO CAIXA MARCHA	6	SV	R\$ 1.187,95	R\$ 7.127,70
77	SERVIÇO DE ALTERNADOR	10	SV	R\$ 475,20	R\$ 4.752,00
78	SERVIÇO DIFERENCIAL	10	SV	R\$ 613,56	R\$ 6.135,60
79	SERVIÇO ELETRICO	10	SV	R\$ 268,79	R\$ 2.687,90
80	SERVIÇO EMBREAGEM	10	SV	R\$ 871,55	R\$ 8.715,50

81	SERVIÇO FREIOS	14	SV	R\$ 548,43	R\$ 7.678,02
82	SERVIÇO HIDRAULICO CX DIREÇÃO	10	SV	R\$ 569,70	R\$ 5.697,00
83	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA	10	SV	R\$ 229,01	R\$ 2.290,10
84	SERVIÇO MODULO ELETRONICO	10	SV	R\$ 533,90	R\$ 5.339,00
85	SERVIÇO MOLA	12	SV	R\$ 752,40	R\$ 9.028,80
86	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	10	SV	R\$ 717,75	R\$ 7.177,50
87	SERVIÇO DE RODAS	20	SV	R\$ 334,39	R\$ 6.687,80
88	SERVIÇO SUSPENSÃO	20	SV	R\$ 544,50	R\$ 10.890,00
89	SERVIÇO TROCA DE CORREIA	8	SV	R\$ 188,10	R\$ 1.504,80
90	SERVIÇO TROCA RETENTOR VOLANTE	8	SV	R\$ 335,69	R\$ 2.685,52
91	SERVIÇO VALVULA	12	SV	R\$ 320,68	R\$ 3.848,16
92	SERVIÇO DE DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR	12	SV	R\$ 342,78	R\$ 4.113,36
93	SERVIÇO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO	1	SV	R\$ 153,38	R\$ 153,38
94	TROCAR OLEO DO MOTOR	8	SV	R\$ 198,00	R\$ 1.584,00
95	SERVIÇO DE PORTAS	12	SV	R\$ 119,41	R\$ 1.432,92
96	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO	26	SV	R\$ 118,80	R\$ 3.088,80
97	SERVIÇO DE EIXO CARDAN	8	SV	R\$ 240,20	R\$ 1.921,60
98	SERVIÇO DE TROCA DE BOMBA DÁGUA	10	SV	R\$ 305,28	R\$ 3.052,80
99	SERVIÇO DE CUICA DE FREIO	10	SV	R\$ 127,05	R\$ 1.270,50
100	SERVIÇO DE TROCA DE BASE DO MOTOR	10	SV	R\$ 2.572,44	R\$ 25.724,40
101	SERVIÇO TROCA DE MANGUEIRA E MANGOTE	10	SV	R\$ 117,34	R\$ 1.173,40

102	SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR	12	SV	R\$ 162,52	R\$ 1.950,24
103	SERVIÇO DE TROCA DE LONA DE FREIO	12	SV	R\$ 155,51	R\$ 1.866,12
104	SERVIÇO TROCA DE TERMINAL DE DIREÇÃO	12	SV	R\$ 187,59	R\$ 2.251,08
105	SERVIÇO DE TROCA DE RADIADOR	12	SV	R\$ 487,08	R\$ 5.844,96
106	TROCA DE AMORTECEDOR	12	SV	R\$ 162,28	R\$ 1.947,36
107	ATUADOR DE EMBREAGEM	12	SV	R\$ 277,83	R\$ 3.333,96
108	SERVIÇO DE CILINDRO DE FREIO	12	SV	R\$ 354,53	R\$ 4.254,36
VALOR TOTAL					R\$ 165.266,88
VEÍCULO TIPO VAN RENAULT MASTER - SEC.SAÚDE 2021					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
109	SERVIÇO BICO INJETOR	4	SV	R\$ 142,12	R\$ 568,48
110	SERVIÇO BOMBA HIDRAULICA	4	SV	R\$ 325,55	R\$ 1.302,20
111	SERVIÇO CABEÇOTE	4	SV	R\$ 719,48	R\$ 2.877,92
112	SERVIÇO CAIXA MARCHA	4	SV	R\$ 1.187,95	R\$ 4.751,80
113	SERVIÇO DE ALTERNADOR	7	SV	R\$ 475,20	R\$ 3.326,40
114	SERVIÇO DIFERENCIAL	7	SV	R\$ 613,56	R\$ 4.294,92
115	SERVIÇO ELETRICO	7	SV	R\$ 268,79	R\$ 1.881,53
116	SERVIÇO EMBREAGEM	4	SV	R\$ 871,55	R\$ 3.486,20
117	SERVIÇO FREIOS	4	SV	R\$ 548,43	R\$ 2.193,72
118	SERVIÇO INJEÇÃO ELETRONICA	4	SV	R\$ 229,01	R\$ 916,04

119	SERVIÇO MODULO ELETRONICO	4	SV	R\$ 533,90	R\$ 2.135,60
120	SERVIÇO MOLA	4	SV	R\$ 752,40	R\$ 3.009,60
121	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	4	SV	R\$ 717,75	R\$ 2.871,00
122	SERVIÇO DE RODAS	4	SV	R\$ 334,39	R\$ 1.337,56
123	SERVIÇO SUSPENSÃO	7	SV	R\$ 544,50	R\$ 3.811,50
124	SERVIÇO TROCA DE CORREIA	4	SV	R\$ 188,10	R\$ 752,40
125	SERVIÇO TROCA RETENTOR VOLANTE	4	SV	R\$ 335,69	R\$ 1.342,76
126	SERVIÇO VALVULA	4	SV	R\$ 320,68	R\$ 1.282,72
127	SERVIÇO DE DESCARBONIZAÇÃO DO MOTOR	4	SV	R\$ 342,78	R\$ 1.371,12
128	SERVIÇO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO	4	SV	R\$ 153,38	R\$ 613,52
129	SERVIÇO DE PORTAS	4	SV	R\$ 119,41	R\$ 477,64
130	SERVIÇO DE TROCA DE BOMBA D'ÁGUA	8	SV	R\$ 305,28	R\$ 2.442,24
131	SERVIÇO DE CUICA DE FREIO	8	SV	R\$ 127,05	R\$ 1.016,40
132	SERVIÇO DE TROCA DE BASE DO MOTOR	7	SV	R\$ 2.572,44	R\$ 18.007,08
133	SERVIÇO TROCA DE MANGUEIRA E MANGOTE	7	SV	R\$ 117,34	R\$ 821,38
134	SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR	7	SV	R\$ 162,52	R\$ 1.137,64
135	SERVIÇO DE TROCA DE LONA DE FREIO	7	SV	R\$ 155,51	R\$ 1.088,57
136	SERVIÇO TROCA DE TERMINAL DE DIREÇÃO	7	SV	R\$ 187,59	R\$ 1.313,13
137	SERVIÇO DE TROCA DE RADIADOR	7	SV	R\$ 487,08	R\$ 3.409,56
138	TROCA DE AMORTECEDOR	7	SV	R\$ 162,28	R\$ 1.135,96

139	ATUADOR DE EMBREAGEM	7	SV	R\$ 277,83	R\$ 1.944,81
140	SERVIÇO DE CILINDRO DE FREIO	7	SV	R\$ 354,53	R\$ 2.481,71
VALOR TOTAL					R\$ 79.403,11

SERVIÇO VEÍCULO MÁQUINA TIPO RETROESCAVADEIRA JCB - PREF.2013

VEÍCULO MÁQUINA PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND W130-2013

VEÍCULO MÁQUINA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K 2013

SERVIÇO VEÍCULO MÁQUINA TRATORAGRICULAR JOHN DEERE VERDE-2019

SERVIÇO DE VEÍCULO TRATOR AGRICULAR YANMAR VERMELHO-2021

REBOQUE GRADE ARADO TRATOR PREFEITURA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTD	UND	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
141	SERVIÇO CAIXA MARCHA	10	SV	R\$ 1.187,95	R\$ 11.879,50
142	SERVIÇO DE ALTERNADOR	10	SV	R\$ 475,20	R\$ 4.752,00
143	SERVIÇO DIFERENCIAL	10	SV	R\$ 613,56	R\$ 6.135,60
144	SERVIÇO ELETRICO	10	SV	R\$ 268,79	R\$ 2.687,90
145	SERVIÇO EMBREAGEM	22	SV	R\$ 871,55	R\$ 19.174,10
146	SERVIÇO FREIOS	30	SV	R\$ 548,43	R\$ 16.452,90
147	SERVIÇO HD CAIXA DE DIREÇÃO	10	SV	R\$ 569,70	R\$ 5.697,00
148	SERVIÇO MOTOR PARTIDA	10	SV	R\$ 548,43	R\$ 5.484,30
149	SERVIÇO SUSPENSÃO	22	SV	R\$ 544,50	R\$ 11.979,00
150	SERVIÇO TROCA DE CORREIA	10	SV	R\$ 188,10	R\$ 1.881,00
151	SERVIÇO DE LIMPEZA DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO	10	SV	R\$ 153,38	R\$ 1.533,80

152	SERVIÇO DE MOTOR	10	SV	R\$ 392,75	R\$ 3.927,50
153	SERVIÇO DE CILINDRO DE FREIO	22	SV	R\$ 354,53	R\$ 7.799,66
154	SERVIÇO DE TROCA DE BOMBA D'ÁGUA	22	SV	R\$ 305,28	R\$ 6.716,16
155	ATUADOR DE EMBREAGEM 20 SV	22	SV	R\$ 151,97	R\$ 3.343,34
156	SERVIÇO DE TROCA DE BASE DO MOTOR	22	SV	R\$ 2.572,44	R\$ 56.593,68
157	SERVIÇO TROCA DE MANGUEIRA E MANGOTE	22	SV	R\$ 117,34	R\$ 2.581,48
158	SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO DA CORREIA DO ALTERNADOR	22	SV	R\$ 162,52	R\$ 3.575,44
159	SERVIÇO DE TROCA DE LONA DE FREIO	22	SV	R\$ 155,51	R\$ 3.421,22
160	SERVIÇO TROCA DE TERMINAL DE DIREÇÃO	22	SV	R\$ 187,59	R\$ 4.126,98
161	SERVIÇO DE TROCA DE RADIADOR	22	SV	R\$ 487,08	R\$ 10.715,76
162	TROCA DE AMORTECEDOR	22	SV	R\$ 162,28	R\$ 3.570,16
VALOR TOTAL					R\$ 194.028,48
VALOR TOTAL LOTE II					R\$ 794.599,21

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (art. 105)

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados da partir da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, V)

5.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de até **R\$ 794.599,21 (SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)**, até 31/12/2025, pelos serviços efetivamente realizados, referente ao **LOTE II - MANUTENÇÃO LINHA PESADA**, de acordo com os valores unitários da proposta final homologada, independentemente de transcrição.

5.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 Do pagamento

6.1.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.1.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal.

6.1.4 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.1.5 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.2 Condições de pagamento

6.2.1 A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.2.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado.

6.2.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.2.5 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6 Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
- b) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.
- c) CNDT

6.2.7 A **CONTRATADA** não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

6.2.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.9 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.2.10 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.2.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.15 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.2.17 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data estimada, em 14/04/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

9.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei 14.133/21;

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.21 Orientar e treinar seus colaboradores sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.22 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.23 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.24 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique.

9.25 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

9.26 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.27 São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

9.27.1 A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante ou na execução do contrato;

- i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato, ressalvados os casos de inexecução parcial que justifiquem pena diversa decidido pela Administração, caso a caso, de acordo com o objeto.

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX).

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 As despesas com o pagamento da execução do contrato do referido objeto correrão por conta da classificação funcional programática e da categoria econômica dos recursos provenientes do Orçamento da Prefeitura Municipal de Santana do Piauí - PI, especificada abaixo, conforme art. 92, VIII da Lei 14.133/21:

FONTE DE RECURSOS	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
500 – Recursos não vinculados de impostos	Secretaria Municipal de Administração		33.90.39
	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	04.122.0002.2005.0000 15.452.0008.2018.0000	
	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0016.2038.0000 12.361.0016.2039.0000	
		10.301.0021.2061.0000	
	Fundo Municipal de Saúde	10.301.0021.2062.0000 08.244.0028.2075.0000	
	Fundo Municipal de Assistência Social		
540 – Fundeb – Impostos	FUNDEB	12.361.0017.2057.0000	33.90.39
541 – Fundeb – Complementação VAAF			
550 – Transf. Salário Educação (QSE)	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0016.2042.0000	33.90.39

553 - PNATE	Secretaria Municipal de Educação	12.361.0016.2049.0000	33.90.39
621 – SUS Governo Estadual	Fundo Municipal de Saúde	10.301.0021.2145.0000	33.90.39
600 – SUS Governo Federal	Fundo Municipal de Saúde	10.301.0021.2066.0000 10.301.0021.2158.0000	33.90.39

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Será dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito da lei em respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 A execução do presente Contrato será fiscalizada por servidor designado pela Administração, através de portaria publicada em Diário Oficial, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O referido servidor anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO (art. 92, §1º)

18.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA elegem o foro da cidade de Santana do Piauí - PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem assim justas acordadas e contratadas, as partes assinam este instrumento, feito em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santana do Piauí - PI, 03 de junho de 2025.

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PIAUÍ – PI
Adonaldo Gonçalves de Sousa
Prefeito Municipal

CONTRATADA

R JOSE BATISTA DA COSTA (OFICINA SAO JOSE)

Roque José Batista da Costa

Titular

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: